

**CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL**  
**AQUIÇÃO DE 3 AUTOCARROS ELÉTRICOS MINI**



## Índice

<b>PROGRAMA DO CONCURSO</b> .....	3
1. Objeto do Concurso, Designação e Peças do Procedimento .....	3
2. Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento .....	3
3. Esclarecimentos, Retificação e Alteração das Peças do Procedimento .....	4
4. Preço Anormalmente Baixo.....	4
5. Idioma do Procedimento.....	4
6. Documentos que constituem a proposta.....	5
7. Modo de Apresentação das Propostas e Prazo para a Entrega das Mesmas .....	6
8. Proposta Variante e negociação.....	7
9. Prazo de Obrigação de Manutenção das Propostas .....	7
10. Critério de Adjudicação.....	7
11. Manutenção Condicionada e Preditiva .....	9
12. Critério de Desempate .....	9
13. Decisão de Adjudicação .....	9
14. Não Adjudicação .....	10
15. Documentos de Habilitação e Prazo para a Sua Apresentação .....	10
16. Modo de Apresentação dos Documentos de Habilitação.....	11
17. Não Apresentação dos Documentos de Habilitação .....	11
18. Caducidade da Adjudicação .....	11
19. Minuta do Contrato.....	12
20. Caução .....	12
21. Produção de Efeitos do Contrato .....	13
22. Contagem dos Prazos .....	13
23. Legislação aplicável .....	13

## PROGRAMA DO CONCURSO

### 1. Objeto do Concurso, Designação e Peças do Procedimento

- 1.1** O presente concurso tem por objeto o fornecimento de 3 Autocarros Elétricos MINI para transporte urbano de passageiros e designa-se por “Concurso Público Internacional para Aquisição de 3 Autocarros MINI”.
- 1.2** Os 3 (três) autocarros urbanos movidos a eletricidade, de tipologia Low-Entry, com comprimento entre os 6500 mm e os 7550 mm, de acordo com as condições estabelecidas no caderno de encargos
- 1.3** O presente concurso inclui a disponibilização da utilização de uma aplicação de gestão, monitorização e diagnóstico, e uma aplicação de gestão de manutenção assistida por computador.
- 1.4** A Entidade Adjudicante é a TUB- Transportes Urbanos de Braga, E.M. doravante designada por TUB, com sede na Rua Quinta de Santa Maria –Maximinos 4700-244 BRAGA, com o número de telefone 253606890, fax n.º 253606899 e e-mail [geral@tub.pt](mailto:geral@tub.pt).

### 2. Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento

**2.1.** O Procedimento do Concurso é constituído pelas seguintes peças:

- i. O Anúncio;
- ii. O presente Programa do Procedimento;
- iii. O Caderno de Encargos.

**2.2.** As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública ACINGOV acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.

**2.3.** O processo de concurso será integralmente disponibilizado na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, acessível através do sítio eletrónico [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), onde será possível fazer a consulta e o download de todas as peças do procedimento, bem como apresentar proposta.

**2.4.** O processo de concurso encontra-se, também, presente para consulta na sede da Entidade Adjudicante, podendo aí ser examinado no horário das 9:00h às 17:00h, dos dias úteis, desde a data da publicação do anúncio do concurso até à data-limite para a entrega das propostas.

**2.5.** Os interessados podem descarregar gratuitamente as peças do procedimento a partir da plataforma eletrónica referida no ponto 2.2. devendo para tanto proceder ao respetivo registo de acordo com as indicações constantes do mesmo.

### **3. Esclarecimentos, Retificação e Alteração das Peças do Procedimento**

**3.1.** Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento deverão ser apresentados pelo concorrente através da plataforma eletrónica ACINGOV à Entidade Adjudicante, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

**3.2.** Cumprindo para o efeito do disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º, o órgão competente para a decisão de contratar delega no júri a competência na prestação dos esclarecimentos solicitados.

**3.3.** Até à data-limite referida no número anterior, deve o interessado apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento detetados.

**3.4.** Os esclarecimentos, as retificações e a lista com a identificação dos erros e omissões detetados pelo interessado serão disponibilizados pela Entidade Adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta.

**3.5.** A falta da prestação de esclarecimentos no prazo previsto nos números anteriores poderá justificar a prorrogação, por período correspondente, do prazo para a apresentação das propostas, desde que requerida tempestivamente por qualquer interessado.

### **4. Preço Anormalmente Baixo**

Não são definidas as condições em que o preço ou custo é considerado anormalmente baixo, sem prejuízo da aplicação do estabelecido no artigo 71.º, n.ºs 3 e 4 do Código dos Contratos Públicos.

### **5. Idioma do Procedimento**

**5.1.** O idioma do presente procedimento é a língua portuguesa.

**5.2.** Exceto quanto ao documento exigido na alínea a) do n.º 6.1, quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução legalizada, em relação à qual declara aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

**5.3.** Os documentos de habilitação a que se refere o n.º 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a proposta, bem como todos os documentos que a acompanham devem ser redigidas em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução, na forma legal e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

## **6. Documentos que constituem a proposta**

**6.1.** A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a)** **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)** disponível no link <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>, de acordo com o Anexo I.
- b)** Documento com indicação dos elementos previstos no Ponto 10 deste programa de Concurso;
- c)** Tabela que consta do **Anexo II** ao presente Programa do Concurso, devidamente preenchida;
- d)** Documentação técnica, constituída por catálogos, desenhos e especificações técnicas, a partir dos quais seja possível verificar/comprovar os dados preenchidos na tabela prevista na alínea anterior;
- e)** Cronograma, do qual conste a data de entrega dos autocarros;
- f)** Documento do qual conste a localização das instalações onde se propõe a desenvolver as diversas atividades necessárias ao fabrico/montagem dos autocarros, assim como efetuar os testes de conformidade, locais de assistência técnica e pós-venda em Portugal;
- g)** Declaração nos termos dos quais, autoriza os colaboradores dos TUB/EM a visitar as instalações referidas na alínea anterior ou outras que se entenda, de acordo com o estabelecido no artigo 10º do Caderno de Encargos;
- h)** Modelo de Declaração de Inexistência de Impedimentos – de acordo com **ANEXO III** do Programa do Concurso;
- i)** Certidão do Registo Comercial, com o teor de todas as inscrições em vigor, ou indicação do respetivo código que permita a sua consulta *online*;
- j)** No caso de o Concorrente ser constituído por um agrupamento de empresas, declaração conforme modelo apresentado no **ANEXO IV** deste Programa do Procedimento (Acordo – Promessa de Constituição).

**6.2.** Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP.

**6.3.** Todos os documentos solicitados no n.º 6.1 devem ser assinados eletronicamente, pelo Concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, não bastando para o efeito a mera assinatura eletrónica de um ou vários ficheiros de compactação que contenham mais do que um dos documentos exigidos, nos termos do n.º 5 da citada previsão normativa.

**6.4.** No caso em que a assinatura eletrónica certificada não possa relacionar diretamente o assinante com o concorrente é obrigatória a junção de documento comprovativo de demonstração de poderes de representação, nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, em conformidade com a previsão normativa habilitante consagrada no n.º 4 do artigo 62.º do CCP.

## **7. Modo de Apresentação das Propostas e Prazo para a Entrega das Mesmas**

**7.1.** A proposta e os documentos que a acompanham devem submetidos na plataforma ACINGOV, até ao **30.º dia**, contado a partir da publicação em Diário da República, data que será devidamente definida na plataforma.

**7.2.** O concorrente, na apresentação da sua proposta, para efeitos do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos e do artigo 64.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, deverá observar os requisitos para os ficheiros das propostas, exigidos no presente programa, sob pena de exclusão da proposta.

**7.3.** O concorrente, na apresentação da sua proposta, para efeitos do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos, deverá observar o disposto nos artigos 54.º, 64.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, assinando todos os documentos apresentados, independentemente do formato de ficheiro, com certificados de assinatura eletrónica qualificada, sob pena de exclusão da proposta.

**7.4.** No caso de os documentos serem carregados na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante através de certificado de assinatura eletrónica qualificada em que não se possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, os concorrentes devem proceder à junção de documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.



**7.5.** A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos e não preclui a exigência inscrita no n.º 6 do presente normativo.

**7.6.** A não apresentação de algum dos documentos indicados determina a exclusão da proposta, salvo o disposto no artigo 72º do CCP.

## **8. Proposta Variante e negociação**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nem o presente procedimento inclui fase de negociação.

## **9. Prazo de Obrigação de Manutenção das Propostas**

**9.1** Os concorrentes são obrigados a manter a respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas, que se prorroga sucessivamente por iguais períodos no caso de, no decurso de cada período, os Concorrentes nada declararem em contrário.

**9.2** A comunicação a que se refere o número anterior produz efeitos 5 (cinco) dias após a sua receção pela Entidade Adjudicante.

## **10. Critério de Adjudicação**

A adjudicação será feita pelo critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de Multifator, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, por aferição dos fatores seguintes, que se apresentam por ordem decrescente de importância, com a respetiva ponderação:

### **10.1. Preço Proposto (50%)**

Avaliado de acordo com a seguinte metodologia:

A pontuação mínima, 0 (zero) pontos, será atribuída às propostas cujo valor seja igual a 1 050 000,00 € (um milhão e cinquenta mil euros), correspondente ao preço base do procedimento;

A fórmula de cálculo da pontuação a atribuir é a seguinte:

$$P1 = 100 - PP / 12000$$

Em que:

P1 – Pontuação obtida

PP – Preço Proposto (expressa em euros)

$0 < PP \leq 1\,200\,000,00 \text{ €}$

#### 10.2. Consumo Específico de Energia (30%)

Avaliado conforme os consumos previstos de acordo com a metodologia SORT 1 (Standardised On Road Test – Teste de Estrada Normalizado), expresso em kWh/km e seguindo a metodologia:

A fórmula de calculo da pontuação a atribuir é a seguinte:

$$P2 = 100 - 66,666 * CEE$$

Em que:

P2 – Pontuação obtida

CEE – Consumo Específico de Energia (expressa em kWh/km)

$0 \leq CEE \leq 1,5 \text{ kWh/km}$

#### 10.3. Preço por quilómetro de manutenção (20%)

Este valor deverá prever o custo de manutenção (preventiva e corretiva) por quilómetro percorrido, excluindo serviço de pneus, para um período de utilização de 10 (dez) anos, pressupondo uma quilometragem média anual situada entre os 60.000 km e os 70.000 km, devendo ser avaliado segundo a metodologia infra:

A fórmula de calculo da pontuação a atribuir é a seguinte:

$$P3 = 100 - 400 * Pkm$$

Em que:

P3 – Pontuação

Pkm – Preço do quilómetro de manutenção (expresso em €/km)

$0 \leq Pkm \leq 0,25 \text{ €/km}$



Se no futuro e após adjudicação da aquisição dos autocarros, os TUB/EM entenderem celebrar um contrato de manutenção com o adjudicatário, os valores apresentados neste ponto serão os considerados para o efeito.

#### **10.4. CLASSIFICAÇÃO FINAL DA PROPOSTA**

A classificação final da proposta será determinada pela seguinte formula:

$$PF = P1 (50\%) + P2 (30\%) + P3 (20\%)$$

Em que:

PF – Pontuação Final obtida para a proposta

P1 – Pontuação obtida para critério Preço Proposto

P2 - Pontuação obtida para critério Consumo Específico de Energia

P3 - Pontuação obtida para critério Preço por quilómetro de manutenção

#### **11. Manutenção Condicionada e Preditiva**

O Adjudicatário compromete-se a evoluir das práticas de Manutenção Preventiva Sistemática para as práticas de Manutenção Condicionada e preditiva, nomeadamente Análise de Vibrações, Termometria, Termografia e outros Parâmetros de Monitorização de Condição como o estado da carga da bateria (SoC – State of Charge) e o estado de “envelhecimento” (SoH – State of Health).

#### **12. Critério de Desempate**

**12.1** Caso se verifique uma situação de empate, será considerada vencedora a proposta que, entre as propostas empatadas em primeiro lugar, apresente a melhor classificação no Preço proposto.

**12.2** Caso ainda assim se verifique uma situação de empate, desempate será efetuado através de um sorteio aleatório realizado pelo júri.

#### **13. Decisão de Adjudicação**

**13.1** Após a análise da proposta, a Entidade Adjudicante, através do órgão competente, toma a decisão de adjudicação.

**13.2** Com a notificação da decisão de adjudicação, a Entidade Adjudicante notificará o adjudicatário da minuta do contrato e ainda para apresentar os documentos de habilitação, nos termos do artigo 81º do CCP.

#### 14. Não Adjudicação

- 14.1 Não há lugar à adjudicação quando circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação da proposta, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.
- 14.2 No caso do número 1, a Entidade Adjudicante dará início a um novo procedimento no prazo de três meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

#### 15. Documentos de Habilitação e Prazo para a Sua Apresentação

15.1 O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- a. Declaração do Concorrente elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao CCP, que corresponde ao Anexo V deste Programa;
- b. Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- c. Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d. Certificado do registo criminal do adjudicatário, bem como dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;

15.2 Os documentos de habilitação do adjudicatário deverão ser apresentados de acordo com o artigo 83.º-A do Código dos Contratos Públicos e da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

15.3 No prazo definido no ponto n.º 15.1, deve o adjudicatário entregar ainda os seguintes documentos:

- i. Declaração que identifique a pessoa ou pessoas indicadas para a outorga do contrato, acompanhada de título legitimador caso a mesma não resulte diretamente da certidão permanente;
- ii. Declaração que identifique a pessoa, morada, n.º de fax e e-mail para efeitos de comunicações escritas a realizar durante a fase de execução do contrato;
- iii. Declaração – Prevenção de Corrupção e Infrações Conexas- **Anexo VI**, do presente programa do procedimento.

- iv. Registo Central do Beneficiário Efetivo **[RCBE]**;
- v. Comprovativo de **IBAN** - Número de Identificação Bancária.

**15.4** No caso de o adjudicatário ser um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, a declaração e documentos indicados na alínea anterior deverão ser apresentados por cada membro do agrupamento.

## **16. Modo de Apresentação dos Documentos de Habilitação**

**16.1** O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação através da plataforma [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

**16.2** Quando algum dos documentos de habilitação se encontrar disponível na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à Entidade Adjudicante apenas o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

**16.3** A Entidade Adjudicante pode sempre exigir ao adjudicatário, no prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

## **17. Não Apresentação dos Documentos de Habilitação**

**17.1** A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

- a) No prazo fixado para a sua apresentação;
- b) Redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada.

**17.2** Quando as situações previstas no n.º anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, a Entidade Adjudicante para a decisão de contratar concede, em função das razões invocadas, um prazo adicional de 3 dias para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

## **18. Caducidade da Adjudicação**

**18.1** Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos previstos no número anterior, a Entidade Adjudicante deve notificar o

adjudicatário, fixando-lhe um prazo, não superior a cinco dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

**18.2** Quando as situações previstas no número 1 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, a Entidade Adjudicante deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de, não sendo os mesmos apresentados, caducar a decisão de adjudicação.

**18.3** A adjudicação caduca ainda no caso de se verificar a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações.

## **19. Minuta do Contrato**

**19.1** A minuta do Contrato é aprovada pela Entidade Adjudicante.

**19.2** A Entidade Adjudicante pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público.

**19.3** Os ajustamentos referidos no número anterior não podem implicar, em caso algum a violação dos parâmetros base fixados no Caderno de Encargos nem a de elementos essenciais do contrato a celebrar, não submetidos à concorrência.

**19.4** A Entidade Adjudicante notifica o adjudicatário da minuta do contrato, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do disposto no artigo anterior.

**19.5** A Entidade Adjudicante comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de cinco dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato, que deverá sempre ocorrer nos trinta dias seguintes à aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação.

## **20. Caução**

**20.1** Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, é exigida ao adjudicatário a prestação de caução, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da notificação da decisão de adjudicação, no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual, com exclusão do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

**20.2** Os modelos referentes à caução constam do **ANEXO VII, ANEXO VIII e ANEXO IX** do presente Programa do Procedimento consoante venha a ser prestada por garantia bancária, por seguro-caução ou por depósito em dinheiro ou títulos.

## **21. Produção de Efeitos do Contrato**

O contrato celebrado produzirá efeitos após a sua outorga, sem prejuízo do disposto no artigo 17.º-A da Lei 30/2021, de 21 de maio, relativo emissão de visto prévio do Tribunal de Contas.

## **22. Contagem dos Prazos**

**22.1** Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os prazos referidos contam-se nos termos do disposto no artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo.

**22.2** Os prazos fixados para a apresentação da proposta são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.

**22.3** Para efeitos do disposto no número anterior, apenas são considerados feriados os feriados nacionais.

## **23. Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos e legislação complementar.

## ANEXO I

### DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

- Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
- O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP pré-preenchido pelos TUB, com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal da Comissão Europeia, em <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>, utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado junto às peças do presente procedimento;
- As **PARTES IV e V** do DEUCP não são aplicáveis ao presente procedimento.





## ANEXO II

### RELAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS VEÍCULOS PROPOSTOS

CONCORRENTE	
Identificação da Proposta	
Modelo de Chassis ou Low-Floor	
Modelo da Carroçaria Low-Floor	
Consumo eSORT1 (kwh/km)	
Autonomia em modo eSORT1 (km)	
1 – Chassis	
2 – Carroçaria	
3 – Motor	
4 – Sistema de Baterias de Tração	
5 - Baterias de Potência - Auxiliar	
6 – Transmissão	
7 – Sistema de travagem	
8 - Sistema de Suspensão	
8 – Sistema de direção	
9 – Sistema Pneumático	
10 – Rodas e Pneus	
11 – Equipamento Elétrico	
12 – Painéis Eletrónicos	
13 – Sistemas de informação e comunicação	
14 – Ventilação	

15 – Ar condicionado	
16 – Cadeiras	
17 – Interior da carroçaria (Painéis, condutas, balaústres,...)	
18 – Janelas e vidros	
19 – Pavimentos	
20 – Portas de entrada e saída de passageiros	

<b>1 – CHASSIS</b>	
1.1 – Marca	
1.2 – Modelo	
1.3 – Especificações	
1.4 – Comprimento (mm)	
1.5 – Largura (mm)	
1.6 – Balanço	
1.6.1 - Frente (mm)	
1.6.2 - Traseira (mm)	
1.7 – Eixos	
1.7.1 - Eixo dianteiro	
1.7.1.1 – Marca - Modelo	
1.7.1.2 – Especificações técnicas	
1.7.1.3 - Carga admissível (kg)	
1.7.2 - Eixo traseiro	
1.7.2.1 – Marca - Modelo	
1.7.2.2 – Especificações técnicas	
1.7.2.3 - Carga admissível (kg)	

1.7.3 - Peso total admissível (kg)	
1.8 - Cubos	
1.8.1 – Marca - Modelo	

<b>2 – CARROÇARIA</b>	
2.1 – Marca	
2.2 - Modelo	
2.3 - Especificações técnicas	
2.4 - Comprimento (mm)	
2.5 - Largura (mm)	
2.6 – Altura[mm]	
2.7 – Balanço	
2.8 – Distância entre eixos[mm]	
2.9 – Altura ao solo, do piso da porta de entrada (mm)	
2.10 – Altura ao solo, do piso da portade saída [mm]	
2.11 - Ângulo de ataque (graus)	
2.12 - Ângulo de saída (graus)	
2.13 - Raio de viragem (mm)	
2.14 - Raio de inscrição mínimo interior [mm]	
2.15 - Raio de inscrição mínimo exterior [mm]	
2.16 - Faixa de inscrição em curva[mm]	
2.17 - Deslocamento Lateral da traseira em curva [mm]	
2.18 - Peso máximo previsto para a carroçaria (kg)	
2.19 - Tara do veículo homologado [Kg]	
2.20 - Peso bruto do veículo homologado [Kg]	
2.21 - Peso sobre o eixo dianteiro, em vazio (kg)	

2.22 - Peso sobre o eixo dianteiro, em carga máxima (kg)	
2.23 - Peso sobre o eixo traseiro, em vazio (kg)	
2.24 - Peso sobre o eixo traseiro, em carga máxima (kg)	
2.25 - Altura interior máxima (mm)	
2.26 - Altura interior mínima [mm]	
2.27 – Rampa interior	
2.27.1 - Localização	
2.27.2 - Extensão	
2.27.3 – Inclinação (graus)	
<b>2.28 – Lotação</b>	
2.28.1 - Total	
2.28.2 - Lugares Sentados	
2.28.3 - Lugares de Pé	
2.29 - Estrutura	
2.29.1 - Especificações	
2.29.2 – Materiais utilizados	
2.29.3 – Tipo de ligações	
2.29.4 - Tratamentos	

<b>3 – MOTOR ELÉTRICO E SISTEMA DE REGENERAÇÃO DE ENERGIA</b>	
3.1 - Marca	
3.2 - Modelo	
3.3 - Localização	
3.4 - Número de motores (se superior a 1)	
3.5 – Especificações técnicas	
3.5.1 – Motor de corrente alterna:	

3.5.1.1 - Assíncrono	
3.5.1.2 – Síncrono	
3.5.1.2.1 – Ímãs permanentes (PEM) / Rotor bobinado	
3.6 – Potência máxima (kW/rpm)	
3.7 - Potência nominal (kW/rpm)	
3.8 – Potência máxima / tonelada Peso Bruto (kW/t)	
3.9 - Binário máximo (Nm/rpm)	
3.10 - Binário nominal (Nm/rpm)	
3.11 - Sistema de refrigeração – Especificações técnicas	
3.12 - Tipo de líquido refrigerante / Quantidade (litros)	
3.13 - Recuperação de energia (%)	

<b>4 – BATERIAS DE TRACÇÃO</b>	
4.1 - Marca	
4.2 - Modelo	
4.3 – Localização	
4.4 – Especificações técnicas – Tipo	
4.5 – Capacidade de armazenamento (kWh)	
4.6 - Número de módulos	
4.7 - Capacidade de armazenamento por módulo (kWh)	
4.8 – Usabilidade Energética (diferença entre SoC máximo e SoC Mínimo).	
4.9 - Profundidade de descarga recomendada (%)	
4.10 - Peso Total do sistema de baterias (kg)	

4.11 - Peso de cada módulo de baterias (kg)	
4.12 - Energia específica (kWh/kg)	
4.13 - Potência específica (kW/kg)	
4.14 - Tensão (Vcc)	
4.15 - Dimensões conjunto de baterias (mm x mm x mm)	
4.16 - Tempo de carregamento entre SoC mínimo e SoC máximo = 100% com Carregador Rápido de/até 150 kW	
4.17 - Vida útil da bateria com degradação máxima de 20% (SoC máximo de 80%)	
4.18 - Número máximo de ciclos de carregamento	

<b>5 – BATERIAS DE POTÊNCIA - AUXILIARES</b>	
5.1 - Marca	
5.2 - Modelo	
5.3 - Especificações técnicas	
5.4 - Capacidade (kWh)	
5.5 - Potência (kW)	
5.6 - Tensão (V)	

<b>6 – DRIVERS</b>	
6.1 - Conversor DC / DC	
6.2 - Inversor DC / AC	



6.3 - Conversor / Inversor DC / DC / AC	
6.4 - Potência (kW)	
6.5 - Rendimento (%)	
6.6 - Tensões de Entrada e Saída (A)	
6.7 - Especificações técnicas	

<b>6 – SISTEMA DE TRAVAGEM</b>	
6.1 - Marca / Modelo	
6.2 – Especificações técnicas	
6.3 - Travão de serviço (características)	
6.4 - Travão de estacionamento	
6.4.1 - Descrição	
6.4.2 - Pendente com carga máxima	
6.5 - Travão auxiliar	
6.5.1 - Descrição	
6.6 - Sistema de gestão de travagem	

<b>7 - SISTEMA DE SUSPENSÃO</b>	
7.1 - Especificações técnicas	
7.2 - Amortecedores	
7.2.1 - Marca - Modelo	
7.2.2 - Especificações técnicas	
7.3 - Foles pneumáticos	
7.3.1 - Marca - Modelo	
7.3.2 - Especificações técnicas	

7.4 - Sistema de gestão eletrónica	
7.5 - Sistema de variação da altura ao solo, pelo motorista	
7.6 - Sistema de inclinação lateral - Kneeling	
7.7 - Sistema externo de carregamento pneumático de emergência	

## 8 – SISTEMA PNEUMÁTICO - COMPRESSOR

8.1 - Marca - Modelo	
8.2 - Especificações técnicas	
8.3 - Nº de cilindros	
8.4 - Sistema de lubrificação	
8.5 - Sistema de refrigeração	
8.6 - Pressão de serviço	
8.7 - Débito máximo (l/min às rpm)	
8.8 - Potência máxima absorvida (kW)	
8.9 - Sistema externo de carregamento pneumático de emergência	

## 9 – SISTEMA DE DIREÇÃO

9.1 - Marca - Modelo	
9.2 - Especificações - Tipo	
9.3 - Bomba hidráulica (tipo e características)	
9.3.1 - Especificações / Tipo	
9.4 - Número de voltas de batente a batente	
9.5 - Desmultiplicação	

9.6 - Força na direção	
9.7 - Direção Assistida / Não assistida	
9.7.1 - Especificações técnicas	

<b>10 - RODAS</b>	
10.1 - Jantes	
10.1.1 - Marca - Modelo - Especificações técnicas	
10.2 - Pneus	
10.2.1 - Marca - Modelo - Especificações técnicas	
10.2.2.1 - Medidas alternativas	
10.3 - Pressões de trabalho	

<b>11 – EQUIPAMENTO ELÉCTRICO</b>	
11.1 - Sistema OBD	
11.1.1 - Marca - Modelo	
11.1.2 – Especificações técnicas - Tipo de ficha	
11.2 - Regulador de tensão	
11.2.1 - Marca - Modelo	
11.2.2 – Especificações técnicas	
11.5 – Sistema de Iluminação Interior	
11.5.1 - Marca - Modelo	
11.5.2 – Especificações técnicas	
11.6 – Sistema de Iluminação Exterior	
11.6.1 – Faróis de Presença – Frente e Traseira	
11.6.1.1 – Especificações técnicas	
11.6.2 - Faróis de Médios - Especificações técnicas	

11.6.3 - Faróis de Máximos - Especificações técnicas	
11.6.4 - Faróis de Nevoeiro - Especificações técnicas	
11.6.5 - Sistema de delimitação da carroçaria - Especificações técnicas	
11.7 - Isolamento Eletromagnético da carroçaria	

12 – PAINÉIS ELECTRÓNICOS INDICADORES DE DESTINOS	
12.1 - Marca - Modelo	
12.2 – Especificações técnicas	
12.3 - Frontal[Número linhasxNúmero de colunas]	
12.4 - Lateral direito [Número linhasxNúmero de colunas]	
12.5 - Traseiro [Número linhasxNúmero de colunas]	

13 - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE DADOS	
12.1 - Equipamento informação visual interior ao público - LCD	
13.1.1 - Marca - Modelo	
13.1.2 – Especificações técnicas	
13.2 - Sistema de som para comunicação com o público no Interior e exterior	
13.2.1 - Marca - Modelo	
13.2.2 – Especificações técnicas	
13.3 - Sistema Vídeo de apoio à manobra (marcha atrás)	
13.3.1 - Marca - Modelo	
13.3.2 – Especificações técnicas	

<b>14 - VENTILAÇÃO</b>	
14.1 - Marca - Modelo	
14.2 – Especificações técnicas	
14.3 - Número de renovações por hora	
14.4 - Sistema de ventilação exclusivo da cabina do motorista	
14.5 - Número de bocais de saída	
14.6 - Ventiladores dinâmicos (extratores)	
14.6.1 – Especificações técnicas	
14.7 - Ventiladores estáticos (Claraboias)	
14.7.1 - Especificações técnicas	

<b>15 – CLIMATIZAÇÃO – AR CONDICIONADO</b>	
15.1 - Marca - Modelo	
15.2 – Especificações técnicas / CoP – Coefficient of Performance	
15.3 - Capacidade de refrigeração (kcal/h ou kW)	
15.4 – Comando do sistema	
15.4.1 – Especificações técnicas	
15.5 – Compressor do sistema de ar condicionado	
15.5.1 – Especificações técnicas	
15.6 - Fluido refrigerante utilizado	
15.6.1 – Especificações técnicas	
15.6.2 – Quantidade (l)	
15.7 - Potência absorvida (kW)	

15.8 - Evaporadores	
15.8.1 – Quantidade	
15.9 - Climatização da cabina do motorista “Front Box”	
15.9.1 – Sistema de Aquecimento	
15.9.1.1 – Especificações técnicas	
15.9.2 – Sistema de Refrigeração	
15.9.2.1 – Especificações técnicas	

<b>16 - CADEIRAS</b>	
16.1 - Bancos de passageiros	
16.1.1 - Marca - Modelo	
16.1.2 – Especificações técnicas	
16.1.3 - Quantidade	
16.2 - Bancos de passageiros fixos em consola (cantiléver)	
16.2.1 - Marca - Modelo	
16.2.2 - Especificações técnicas	
16.2.3 - Quantidade	
16.3 - Cadeira do motorista	
16.3.1 - Marca - Modelo	
16.3.2 - Especificações técnicas	
16.4 - Sistema de retenção da cadeira de rodas	
16.4.1 – Especificações técnicas	

<b>17 - INTERIOR DA CARROÇARIA</b>	
17.1 - Painéis	



17.1.1 – Especificações técnicas	
17.1.2 - Revestimento	
17.2 - Condutas do ar condicionado	
17.2.1 - Interior frontal – Tipo e revestimento	
17.2.2 - Interior traseiro – Tipo e revestimento	
17.2.3 - Interiores do teto – Tipo e revestimento	
17.2.4 - Interiores laterais – Tipo e revestimento	
17.3 - Balaústres – Material	
17.4 - Pegas para os passageiros	
17.4.1 - Especificações / Tipo	
17.4.2 - Quantidade	

<b>18 - JANELAS E VIDROS</b>	
18.1 - Para-brisas e óculo traseiro	
18.1.1 - Marca - Modelo	
18.1.2 - Especificações técnicas	
18.1.3 – Fixação	
18.2 - Janela do motorista	
18.2.1 - Especificações técnicas	
18.2.2 – Tipo de desembaciamento	
18.3 - Espelhos retrovisores exteriores	
18.3.1 - Marca - Modelo	
18.3.2 - Especificações técnicas	

<b>19 - PAVIMENTOS</b>	
19.1 - Material	

19.1.1 – Especificações técnicas	
19.2 - Revestimento do pavimento	
19.2.1 - Material	
19.2.2 – Especificações técnicas - Espessura (mm)	
19.3 - Perfil de Remate das Coxias	
19.3.1 - Material	
19.3.2 – Especificações técnicas	
19.4 - Rampa para acesso de cadeiras de rodas	
19.4.1 - Marca - Modelo	
19.4.2 – Especificações técnicas	
19.5 - Altura do piso ao Solo nas portas de entrada e saída	

## 20 – PORTAS DE ENTRADA E SAÍDA DE PASSAGEIROS

20.1 - Marca - Modelo	
20.2 – Especificações técnicas	
20.3 - Sistema Anti-Entalamento	
20.4 - Vidros aplicados nas portas	
20.4.1 – Especificações técnicas	
20.4.1.1 - Cor	
20.4.1.2 - Dimensões	
20.4.1.3 - Espessura	
20.4.1.4 - Simples ou duplo	
20.4.2 - Sistema de fixação dos vidros	

## 21 – SISTEMA DE GESTÃO, MONITORIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO (Por aplicação)

21.1 - Marca / Modelo da aplicação	
------------------------------------	--

21.1.1 – Especificações da aplicação	
21.2 - Marca / Modelo da aplicação	
21.2.1 – Especificações da aplicação	
(...)	

### ANEXO III

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

[a que se refere o artigo 69.º do CPA]

1 - Para efeitos do disposto no artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) (identificação) .... na qualidade de concorrente à prestação de serviços no âmbito do procedimento ....., declara, sob compromisso de honra, que a sua representada não se encontra abrangida pela previsão constante do nº 3 do artigo 69º.

2 – O declarante tem pleno conhecimento de que a violação do disposto nos nºs 3 a 5 do artigo 69.º do citado diploma legal implica a anulação dos atos ou contratos em que tenham intervindo titulares de órgãos ou agentes impedidos, sem prejuízo do dever de indemnização dos TUB, E.M. e terceiros de boa-fé pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato.

Data,

Assinatura eletrónica qualificada

## ANEXO IV

### MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO

(a que se refere a alínea j), do ponto 6.1.)

F, \_\_\_\_\_ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Programa do Procedimento para execução do contrato denominado « **Concurso Público Internacional para Aquisição de 10 Autocarros Elétricos MIDI e 25 Autocarros elétricos STANDARD** », e nos termos da alínea e) do ponto 6.1 do Programa do Procedimento, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em \_\_\_\_\_ (indicar a figura jurídica adotada) <sup>(a)</sup>

A participação qualitativa de cada empresa é a que se discrimina:

\_\_\_\_\_

As empresas associadas declaram que a empresa ..... representará a associação perante a ..... (designação da empresa que lançou o concurso) devendo toda a correspondência ser enviada para ..... (indicar endereço, telefone e fax).

As empresas associadas assumem perante o Adjudicatário responsabilidade solidária passiva, desde já, quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

(As empresas associadas responderão, ainda em responsabilidade solidária passiva, com o Agrupamento Complementar de Empresas, no cumprimento do contrato caso seja este o Adjudicatário) <sup>(b)</sup>

\_\_\_\_\_

As empresas associadas aceitam a exigência de autorização prévia dada pela ..... (designação da empresa que lançou o concurso) a qualquer alteração na composição da associação.

Data \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

(a) - No caso de a associação adotar alguma designação especial, acrescentar: “adotando o agrupamento a seguinte designação especial: \_\_\_\_\_” (em maiúsculas).

(b) - Só no caso de a modalidade adotada ser a do ACE.

## ANEXO V

### Modelo de declaração

#### [a que se refere o ponto 17]

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



## ANEXO VI

### PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

#### Fornecedores, Subcontratação e Parceiros

Os Transportes Urbanos de Braga (TUB) promovem a integridade e ética organizacional, entre os seus colaboradores/as e restantes partes interessadas, difundindo boas práticas assentes numa política de "tolerância zero" à corrupção e infrações conexas, onde os recursos públicos, em particular na contratação pública, são utilizados com parcimónia e transparência, no estrito cumprimento legal e normativo, em especial no que diz respeito à norma ISO 37001.

Nesse contexto, os TUB esperam que todos com quem têm ou pretendem vir a ter relações profissionais/negócio na e para a empresa, seja a que título for, promovam uma atuação ética, em todas as suas decisões e atividades, cumpram com as disposições previstas na sua Política Anticorrupção, parte integrante da Política Integrada de Gestão, Código de Conduta e demais procedimentos/documentos do Sistema de Gestão Anticorrupção e legislação aplicável, tenham controles equivalentes razoáveis e proporcionais, para prevenir, detetar e combater a corrupção e infrações conexas, além de respeitar as leis anticorrupção. Assim, o fornecedor externo, subcontratante ou parceiro de negócio obriga-se a:

1. Promover uma atuação ética, em todas as suas decisões e atividades, dando cumprimento às disposições previstas na Política Integrada de Gestão, Código de Ética e Conduta e demais procedimentos/documentos TUB e legislação aplicável, repudiando e condenando a prática de atos ilícitos, designadamente de corrupção e recebimento indevido de vantagem, em todas as suas formas, os quais se compromete a prevenir, detetar e combater, denunciando e rejeitando ativamente, abstendo-se de participar em circunstâncias que possam estar associadas a fenómenos corruptivos.
2. Garantir a prevenção de existência de conflitos de interesse, aquando da prestação de serviços a outras entidades, clientes, colaboradores/as ou outros fornecedores/parceiros dos TUB, informando os TUB de qualquer tentativa ou pedido de colaborador/a dos TUB para obter ou oferecer vantagens indevidas, divulgando e assegurando simultaneamente o cumprimento por parte dos seus colaboradores/as dos compromissos agora contratualizados.

3. Agir e decidir exclusivamente em função dos seus deveres, não podendo usufruir de quaisquer vantagens financeiras ou patrimoniais, diretas ou indiretas (por interposta pessoa), para si ou para terceiros, ou de qualquer outra gratificação indevida em virtude do cargo que ocupa, pelo que está expressamente proibido de:

- a) prometer ou oferecer a um trabalhador/a dos TUB, familiares ou terceiros, vantagens ou promessa de vantagens que possam condicionar a imparcialidade e a integridade do exercício das funções dos mesmos, nomeadamente:
  - i. Dinheiro, viagens ou alojamentos, presentes, bens, serviços ou entretenimento, eventos ou refeições, descontos ou acesso a serviços/produtos, se nas mesmas condições tal não for possível a qualquer pessoa, empréstimos ou qualquer vantagem ou promessa de qualquer tipo, qualquer que seja o seu valor;
  - ii. Emprego a familiares ou terceiros em cargos que possam conduzir a um conflito de interesses;
  - iii. Emprego ou envolvimento em atividades com um fornecedor atual, anterior ou futuro dos TUB enquanto funcionário/a dos TUB;
  - iv. Outras vantagens independentemente da sua natureza ou montante, como contrapartida da prática de um qualquer ato ou omissão relacionado com o exercício das suas funções.

4. O descrito no ponto anterior não abrange todas as possibilidades, sendo meramente exemplificativo de práticas não admissíveis pelos TUB. Em caso de dúvidas, problemas ou dificuldades o fornecedor externo, subcontratante ou parceiro de negócio, deverá contactar o Departamento Jurídico e Contratação Pública, dos TUB, responsável pelo Comité de Conformidade Anticorrupção da Empresa.

5. Fica o fornecedor externo, subcontratante ou parceiro de negócio obrigado a informar os TUB de qualquer situação, sob qualquer forma ou atividade, que tome conhecimento ou suspeite, de boa-fé ou com base numa convicção razoável, de violação da Política Anticorrupção, parte integrante da Política Integrada de Gestão, Código de Ética e Conduta e demais procedimentos/documentos do Sistema de Gestão Anticorrupção e legislação aplicável, por quem quer que trabalhe na e para a empresa, através de:

- i. Comunicação aos TUB,
  - ii. Comunicação no Canal de Denúncias, gerido pelo Departamento Jurídico e Contratação Pública.
6. Os TUB asseguram que tudo farão para que o fornecedor externo, subcontratante ou parceiro de negócio não seja alvo de qualquer forma de discriminação, nomeadamente de assédio ou represálias, por exercer o seu direito de alerta, de boa-fé, com base em convicções razoáveis, independentemente do resultado da denúncia e mesmo que os factos relatados se venham a comprovar incorretos ou duvidosos.

7. O fornecedor externo, subcontratante ou parceiro de negócio que utilize de forma abusiva o canal de denúncias, para atribuir a outra pessoa ou aos TUB, mesmo sob a forma de suspeita, factos criminosos ou reprováveis, conhecendo ou não a sua falsidade, com o único propósito de difamar ou ofender, fica sujeito às penalizações disciplinares, civis e criminais legalmente aplicáveis.

8. Os TUB reservam-se no direito de apreciar e, quando necessário, investigar qualquer indício de corrupção por parte de, em nome de ou em benefício do fornecedor externo, subcontratante ou parceiro de negócio, no que respeita ao presente Contrato, que tenha sido relatado, detetado ou de que razoavelmente suspeite.

9. O não cumprimento do presente documento, do Código de Ética e Conduta, bem como dos procedimentos/documentos do Sistema de Gestão Anticorrupção e demais legislação aplicável, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal a que haja lugar, poderá dar origem a suspensão ou resolução do contrato, em função da gravidade e especificidade do caso.

Tomei conhecimento e proponho-me a agir em conformidade

---

(local, data)

## ANEXO VII

### MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO

EUROS \_\_\_\_€

Vai \_\_\_\_ [nome do adjudicatário], com sede em \_\_\_\_ [morada], depositar na conta caucionada com o IBAN \_\_\_\_\_, sediada na tesouraria do Estado (Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP EPE, pessoa coletiva n.º 503756237) a quantia de \_\_\_\_ EUR [por algarismos e por extenso], em dinheiro / em títulos [eliminar o que não interessar], correspondente a 5% por cento do valor contratual, como caução exigida para o contrato “Fornecimento de Gasóleo Profissional”, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), e destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, conforme decorre do n.º 1 do artigo 88.º do mesmo Código. A presente caução destina-se também a garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais decorrentes de eventuais renovações ou prorrogações do contrato e, desde que, legal e contratualmente não se mostre necessária a prestação de nova caução para esse efeito, designadamente em função do disposto no n.º 4 do artigo 89.º do CCP.

Este depósito, sem reservas, fica à ordem da Empresa TUB- Transportes Urbanos de Braga, E.M., pessoa coletiva n.º 504 807 684, a quem deve ser dado o respetivo conhecimento.

[Local], [data]

[Assinatura(s)]

## ANEXO VIII

### MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

O Banco ....., com sede em ....., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de....., com o capital social de ....., presta a favor da Empresa TUB- Transportes Urbanos de Braga, E.M., garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de ....., correspondente a 5% por cento do valor contratual, destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ..... (Empresa Adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a Empresa TUB- Transportes Urbanos de Braga, E.M. vai outorgar e que tem por objeto “Fornecimento de Gasóleo Profissional”, regulado nos termos da legislação aplicável.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Empresa TUB- Transportes Urbanos de Braga, E.M. sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ..... (Empresa Adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo da execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Data.....

Assinaturas.....

## ANEXO IX

### MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

A companhia de seguros ....., com sede em ....., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ....., com o capital social de....., presta a favor da Empresa TUB- Transportes Urbanos de Braga, E.M., e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com ..... (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de ....., correspondente a 5% por cento do valor contratual, destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que..... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a Empresa TUB- Transportes Urbanos de Braga, E.M. vai outorgar e que tem por objeto “Fornecimento de Gasóleo Profissional”, regulado nos termos da legislação aplicável (Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro e suas posteriores alterações e republicações).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da Empresa TUB- Transportes Urbanos de Braga, E.M., sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ..... (Empresa Adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à Empresa TUB- Transportes Urbanos de Braga, E.M., quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável

Data.....

Assinaturas.....